JORNAL DA
AdUFRJ

1141 ▪ 14 de agosto de 2020 ▪ www.adufrj.org.br ▪ TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj

TRADIÇÃO E MODERNIDADE
Debates e apresentações virtuais marcam 172º aniversário da mais antiga Escola de Música do país **Página 8**

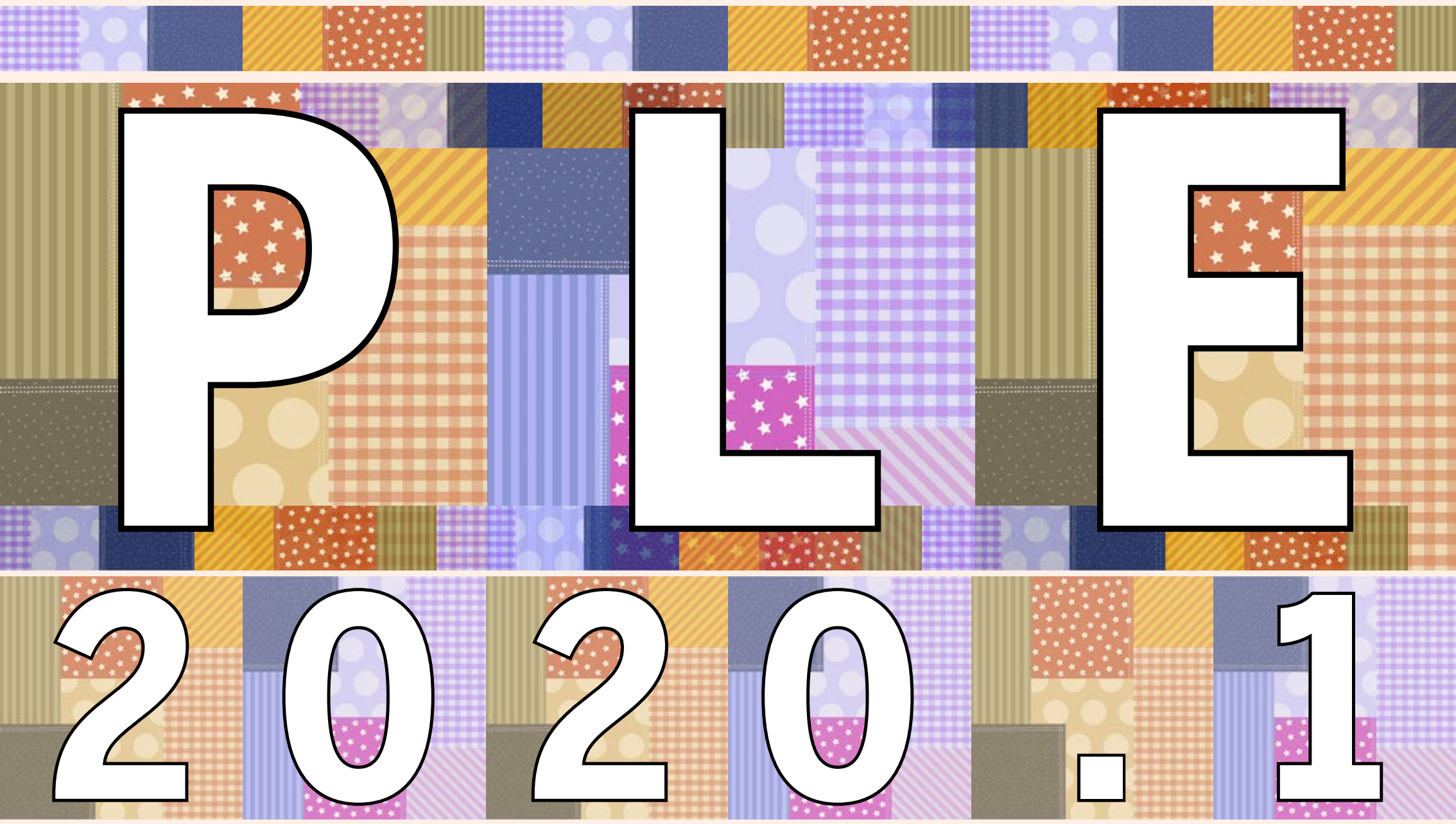
CORTE DE 18,2% MUDA PATAMAR DE CRISE NA UFRJ

Página 6

COLCHA DE RETALHOS

Idas e vindas retalham projeto original do PLE e confundem calendário acadêmico

Páginas 3, 4 e 5



EDITORIAL

MUITAS VOZES

DIRETORIA

É verdade que podemos reclamar de tudo nessa pandemia, menos de tédio. Para quem está acompanhando a vida da universidade nesses meses de distanciamento social, não teve um único dia sem que alguma coisa nos mobilizasse fortemente. Provocações diversas nos impediram de abandonar o estado permanente de vigilância, de granadas a falsos currículos, o governo despejou um verdadeiro arsenal de maldades e mal feitos cujo objetivo parecia mesmo nos levar à exaustão. Mas indo além da barulhenta e pouco eficiente batalha ideológica, ele saca agora sua cartada maior: redução linear de 18% no já restrito orçamento das universidades públicas. Acompanhado de cortes semelhantes nas instituições de fomento e agências de pesquisa. Para 2021, de partida, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, vemos o resultado mais que palpável do negacionismo e da postura anticonhecimento que caracteriza o governo federal. Essa é a tarefa urgente e necessária para os próximos dias, pressão unitária e incansável de toda a sociedade para que o orçamento seja recomposto. Temos precedentes que nos animam, pois vencemos batalhas importantes no legislativo, impedindo que o estrago em 2020 tivesse sido de proporções ainda mais trágicas do que temos hoje.

É nesse contexto de adversidades, em que a nossa unidade se faz urgente e inadiável, que atravessamos uma semana de muita discussão sobre o futuro do PLE. O seu adiamento pelo CEG na quarta-feira desencadeou uma vasta discussão, de tal forma que iniciamos a semana com uma reunião inédita de coordenadores de curso com a AdUFRJ. Foi uma primeira experiência, mas que apontou novos caminhos para o enfrentamento de todas essas questões. A reunião, composta por docentes dos mais variados centros, deu a noção exata do tamanho do problema que temos pela frente: a implantação do PLE nas diversas unidades da UFRJ foi encaminhada de modo muito diverso, resultando numa cobertura de disciplinas e vagas disponibilizadas bastante heterogênea. Seja qual for o resultado a ser definido pelo CEG, não será uma decisão fácil e trará consequências para a vida acadêmica das unidades envolvidas.

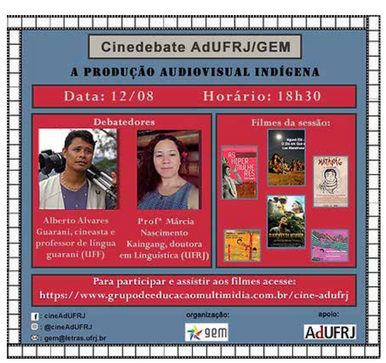
A pressão que se exerce hoje para a definição urgente do novo calendário letivo se distingue em pelo menos três "camadas": a primeira é a de caráter interno e acadêmico, diz respeito aos programas de pós-graduação que estariam com seus cursos descompassados em relação ao calendário da graduação, gerando assim uma possível perda dos melhores alunos, que optariam por universidades cujos calendários estão mais organizados. Isso valeria também para os cursos de graduação, que levaria muitos a escolherem outra universidade cujo calendário fosse mais próximo do real. A segunda, é interna e externa ao mesmo tempo, porque são os estudantes que reclamam por mais vagas e pela oferta imediata de disciplinas obrigatórias. Dissemos que interna e externa ao mesmo tempo porque também suas famílias se envolvem nessa demanda. Já surgiram denúncias não só na nossa ouvidoria, mas também na CGU e no Ministério Público, que já acionaram a universidade. E a terceira diz respeito ao fato de que vivemos uma situação de risco permanente, com um governo abertamente inimigo das universidades e seu ambiente de liberdade.

O estatuto da Autonomia existe para que a universidade possa se proteger da tutela exterior aos seus princípios, mas não pode ser invocada para que voltemos as costas às demandas da sociedade. A equação não tem solução fácil, e esse é o desafio da semana. O que faremos? A proposta que está na mesa apresenta uma compactação dos próximos 3 períodos e coloca sobre os ombros do trabalho docente uma responsabilidade muito alta, gerando mais de um ano de trabalho ininterrupto. Não seria tão complicado se estivéssemos vindo de um período de grande inatividade, mas isso não condiz com a nossa realidade. Ao contrário, é comum o relato de que estamos trabalhando ainda mais do que em períodos normais, dedicando horas a fio em exaustivas atividades virtuais. As demandas são reais, em sua maioria legítimas, mas o preço a ser pago parece muito maior do seria justo exigir. Mas onde está a medida justa? Qual solução responderá com mais equilíbrio a esses desafios? Até o fechamento dessa edição não havíamos encontrado uma proposta que nos agradasse, e o próprio CEG também não estava seguro para afirmar qual deveria ser a melhor saída, e por isso mesmo, nada votou. Não há fórmula mágica, nem remédio milagroso. Por isso mesmo, o que se exige nesse momento é o máximo de engajamento e participação de todos nas discussões que já se iniciaram. Será a orquestração de todas as vozes que nos permitirá vislumbrar a melhor saída. Pois então, que venha mais uma semana de desafios!

Não há fórmula mágica, nem remédio milagroso. Por isso mesmo, o que se exige nesse momento é o máximo de engajamento e participação de todos nas discussões que já se iniciaram. Será a orquestração de todas as vozes que nos permitirá vislumbrar a melhor saída. Pois então, que venha mais uma semana de desafios!

CINEMA INDÍGENA EM PAUTA NO CINEADUFRJ

■ "Quando eu filmo um ancião mais velho, é um saber ancestral que estou guardando", afirmou o cineasta indígena e professor da UFF, Alberto Alvares Guarani, na última sessão do CineAdUFRJ, promovido pelo sindicato e pelo Grupo de Educação Multimídia da Faculdade de Letras. Na atividade do dia 12, que encerrou a série "Racismo e Democracia", as questões relativas às culturas e às línguas dos povos indígenas do Brasil foram destacadas. Para a pesquisadora indígena Márcia Kaingang, doutora em Linguística pela UFRJ, o audiovisual é uma ferramenta muito necessária à preservação dos saberes de cada tribo. "Porque traz ali a língua falada, não só escrita. A estrutura linguística pode ser acessada num vídeo", explicou. Atualmente, informou, há um movimento de indígenas mais jovens que se interessam pela retomada da língua, como os da tribo Pataxó, que buscam gravações para estudar como falavam seus ancestrais. **(Liz Mota Almeida)**



MEIO AMBIENTE GANHA DESTAQUE NA PANDEMIA

■ Há mais de duas décadas, o trabalho de pesquisa da UFRJ em Macaé abria caminhos para a primeira frente de interiorização da universidade. Agora, o campus consolidado pode ser outra vez protagonista, atuando como plataforma para o debate socioambiental relacionado ao novo coronavírus. "Essa pandemia veio para alertar que estamos na direção errada", afirma Francisco de Assis Esteves, mais conhecido como Chico Esteves, professor Titular e vice-diretor do Instituto de Biodiversidade de Sustentabilidade (Nupem). "Um contingente enorme da população não tem espaço físico de cômodos nem acesso à água, em casa. E está exposto a muito esgoto não tratado".

Chico Esteves foi o convidado do encontro virtual semanal da Adufrj, #Tamojunto. O bate-papo sobre temas atuais aconteceu na sexta-feira 7. Nele, o docente falou sobre a urgência de rever "práticas, hábitos e comportamentos". E ele também defendeu uma postura ativa da UFRJ na educação ambiental. "Precisamos pelo menos organizar a nossa casa. Tudo que não pode acontecer é sairmos iguais dessa pandemia, porque tudo indica que haverá próximas ainda mais graves. A mudança climática é uma realidade", avalia.

Para o pesquisador, a crise de saúde brasileira "escancarou a desigualdade" e o futuro é de enormes desafios. "Estamos no auge da insustentabilidade", adverte. "A exclusão vai comprometer por completo o desenvolvimento do país".

A alternativa está em um "enfoque local", baseado na educação e na mudança de padrão de consumo. Esteves sustenta que o momento exige mudanças "em quantidade e em qualidade". "A globalização criou um padrão de consumo de base irracional. Atrás dos produtos estão o gasto absurdo de água e até trabalho escravo", analisa o fundador do Nupem. "A solução não está sequer em saídas regionais. Mas, no local, como o caso de Macaé", acrescenta ainda.

O município do Norte Fluminense inspira a reflexão de Chico Esteves. Ele destaca, por exemplo, o impacto socioeconômico frustrante da exploração do petróleo no local. "Não criou a distribuição de renda que se imaginava. Há pesquisas que mostram que a vida em Macaé não melhorou. Grande parte dos macaenses mora em comunidade", argumenta. Já em relação à universidade, o docente faz um balanço inverso. "Hoje a literatura sobre lagoas e restingas de Macaé é produzida em Macaé", observa. "Nós acreditamos na pesquisa como instrumento de mudança social. A presença da universidade mudou completamente a dinâmica da cidade".

HUMANAS: UMA PENDÊNCIA AINDA

Com cursos em Ciências Biológicas, Química, Farmácia, Nutrição, Enfermagem e Obstetrícia, Medicina e Engenharias (Civil, Mecânica e de Produção), a UFRJ de Macaé ainda não avançou para a oferta de vagas nas áreas de ciências humanas, sociais e aplicadas. "É meu sonho", diz o vice-diretor do Nupem. "A gente está incompleto sem elas".

(Elisa Monteiro)

PLE

Como será o amanhã? Responda quem puder...

> Mudanças no período letivo excepcional e dúvidas sobre os próximos semestres marcaram a semana na universidade

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

A semana terminou com mais um capítulo de uma novela interminável na UFRJ: as mudanças no período letivo excepcional e a dúvida sobre o futuro pós-PLE. A pressão de segmentos da universidade, divididos em relação aos caminhos que a instituição deve seguir, tem feito a reitoria avançar e recuar de propostas sem discussão prévia junto à comunidade acadêmica. Uma delas é o calendário de períodos regulares, proposto pela Pró-reitoria de Graduação. A sugestão da PR-1 é iniciar 2020.1 imediatamente após o PLE, começando em 24 de novembro e encerrando em 30 de janeiro de 2021, com dez semanas. O segundo período teria início em 1º de fevereiro e seguiria até 15 de maio de 2021, com 14 semanas.

A proposta foi apresentada ao Conselho de Ensino de Graduação na última sexta-feira (14). A medida implicaria ainda em aproveitar os créditos cursados no PLE para 2020.1. As notas obtidas seriam lançadas no período regular. A iniciativa da administração central dividiu opiniões no colegiado. O tema volta a ser discutido na próxima quarta, 19.

"Na proposta apresentada, há apenas quatro dias (úteis) de intervalo entre o PLE e o início de 2020.1 e zero entre 2020.1 e 2020.2. Não há cabeça, corpo físico que aguente", criticou a professora Juliana Milanez representante de Macaé, docente do curso de licenciatura em Química. "A UFRJ não parou na pandemia. Nós estamos exauridos antes mesmo de começar o PLE. Esses prazos são completamente inadequados", afirmou.

Victor Trindade, representante discente, criticou o curto período dedicado a 2020.1. Ele ponderou que existe resolução do Conselho Universitário que determina que cada período letivo tenha no mínimo cem dias. "Não podemos passar por cima de uma resolução do nosso conselho superior". Os estudantes pediram, ainda, que as disciplinas ofertadas no PLE sejam replicadas no período letivo regular. A justificativa é o caráter não obrigatório do PLE.

"Gostei muito da proposta da PR-1 para 2020.2", parabenizou a professora Mônica Ferreira Moreira, representante do CCMN. "Nosso grande problema é saber o que vamos fazer com 2020.1. Vai ser obrigatório, opcional, um novo PLE?". Ela pediu que toda a comunidade acadêmica fosse ouvida por meio de questionário encaminhado pela pró-reitoria. "Acho a gente não pode deliberar hoje, mas a decisão precisa ser breve", defendeu.

No mesmo sentido argumentou o professor Murilo Rangel, representante do CCMN. "Para um observador de fora, o que parece é que há uma demora nas nossas ações. A suspensão das aulas foi em 16 de março. Apenas 13 semanas depois aprovamos a resolução do PLE" disse. "É preciso deixar muito claro quais as regras desses semestres regulares. Serão virtuais? As disciplinas ofertadas no PLE serão oferecidas novamente para todos? Serão oferecidas parcialmente?".

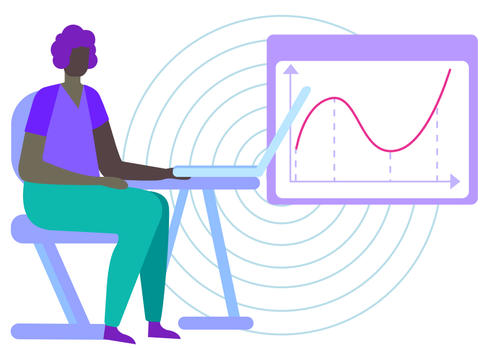
MUDANÇAS NO PLE

Na quinta-feira, dia 13, o Conselho Universitário aprovou as novas datas decididas pelo CEG e que acompanham o PLE. Agora, o período letivo excepcional acontece entre 24 de agosto e 16 de novembro. A inscrição direta em disciplinas foi prorrogada até 24 de agosto. A correção de inscrições ocorre entre 25 de agosto e 18 de setembro. O período de regularização dos pedidos de inscrição em disciplinas foi prorrogado até 16 de novembro. Alterações do pedido de inscrição em disciplinas acontecem até 4 de setembro. Trancamentos podem ser feitos entre 15 de setembro e 16 de novembro. As notas serão lançadas de 21 a 25 de novembro.

Durante o Consuni, alguns conselheiros expressaram preocupação com o planejamento da universidade. "Precisamos de uma definição sobre o que será do nosso calendário acadêmico", pediu o professor Nelson Braga (Titular do CCMN). "Os coordenadores de pós-graduação estão muito preocupados com o descasamento entre os calendários da graduação e da pós, que pode gerar prejuízo aos programas".

Na terça-feira, dia 11, a reitoria divulgou entre conselheiros do CEG uma proposta que bonificava professores que aderissem ao PLE com a liberação de cumprimento de carga horária em 2020.1. A medida gerou forte reação. "A nota não vazou, foi por mim colocada no grupo dos conselheiros com conhecimento da reitora, para que houvesse possibilidade de uma avaliação prévia. As reações foram negativas e a nota não será publicada", afirmou a pró-reitora de Graduação, Gisele Pires.

LEVANTAMENTO MOSTRA DESIGUALDADE NA INSCRIÇÃO DO PLE



O fim da primeira etapa de inscrições no período letivo excepcional revelou números surpreendentes. Foram ofertadas 4.066 disciplinas em 6.184 turmas de graduação da universidade. Elas corresponderam a 237.450 vagas disponibilizadas em toda a universidade. O número de de inscrições em disciplinas foi de 195.189, o que corresponde a 82,2% do total de vagas. Os dados, ainda preliminares, foram divulgados pela reitora Denise Pires de Carvalho, no Conselho Universitário, dia 13.

"No geral, há mais vagas do que inscrições no nosso PLE. Os problemas que foram identificados aconteceram em cursos e disciplinas pontuais. Sobre esses dados é que vamos nos debruçar para resolver da melhor forma possível", afirmou a reitora. A professora Denise informou que a administração central vai apresentar relatórios sobre a adesão e as dificuldades do processo nos próximos dias, mas se monstrou otimista com os números. "Nos deixaram mais tranquilos. Isso mostra o vigor da UFRJ", afirmou.

O alívio tem uma razão: na última semana as representações estudantis reclamaram seguidas vezes nos colegiados da universidade da oferta escassa de vagas em disciplinas oferecidas no PLE. Os dados preliminares, no entanto, mostraram que o número maior de procura não era algo gerado pelo período letivo excepcional, mas se repetia também em períodos regulares. "É uma questão histórica em algumas disciplinas e em algumas unidades", argumentou a reitora.

Para se ter uma ideia, a disciplina mais procurada na primeira fase das inscrições teve 1.555 inscritos para 1.410 vagas ofertadas. A segunda com maior procura ofereceu 552 vagas e recebeu 993 inscritos. "Não dá para dizer que as unidades não ofertaram vagas. Agora com o novo prazo de inscrições, esperamos que mais estudantes sejam atendidos. Eles têm alta demanda por estudar", afirmou Denise.

NÚMEROS

4.066 disciplinas ofertadas

6.184 turmas

237.450 vagas

195.189 inscrições

82% de vagas ocupadas

PLE

AdUFRJ discute mudanças no PLE

> Proposta de bonificar docentes que aderirem ao período letivo excepcional não agradou às coordenações de cursos

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

A diretoria da AdUFRJ se reuniu na terça-feira (11) com coordenadores de cursos de graduação para ouvir as principais demandas geradas pelo período letivo excepcional. Participaram do encontro 48 coordenadores. Houve muitas reclamações. De maneira unânime, eles foram contrários à proposta estudada pela reitoria de bonificar professores que aderissem ao PLE. A medida – adiantada pelo **Jornal da AdUFRJ** e retirada do horizonte depois da forte reação da comunidade acadêmica – previa que docentes que participassem do período excepcional ofertando o mesmo número de vagas de suas disciplinas presenciais regulares seriam liberados de atuar em 2020.1.

Uma nota preliminar da reitoria foi encaminhada para os representantes do Conselho de Ensino de Graduação e repercutiu negativamente na reunião da AdUFRJ. "Ontem chegou uma mensagem da reitora dizendo que quem aderir ao PLE vai ser liberado do semestre de 2020.1. Como assim? Quem decide isso? Essa proposta inviabiliza totalmente 2020.1", criticou a professora Karina Kuschnir, coordenadora do bacharelado em Ciências Sociais, do IFCS.

A docente é uma das signatárias de uma carta dos coordenadores que expressa preocupações sobre o PLE. Um dos pontos reivindicados é o reforço dos atos aprovados na universidade. O documento foi lido na sessão do CEG do dia 12 (veja a íntegra abaixo).

Também assina o documento o professor Alexandre Freitas, coordenador do bacharelado em Economia. Ele criticou orientações que vão, aos poucos, desconfigurando o PLE, em sua visão. "O CEG apontou que o período era opcional e para concluintes. Depois veio a informação de que deveria ser aberto para todos; depois, que era preciso alocar todos os que tinham chip", observou o professor. "É preciso reforçar a institucionalidade. O fluir do processo está com muito ruído e dificulta o trabalho".

"O trabalho das coordenações está inviável. Na prática, as resoluções do PLE foram sendo deslegitimadas, esgarçadas, nota após nota", concordou a professora Júlia O'Donnell, coordenadora da licenciatura em Ciências Sociais. "O que vai acontecer com nosso direito de férias? Como vamos fazer três semestres seguidos sem férias?", questionou a docente, que apontou o excesso de trabalho durante a pandemia como fator de desgaste e até de possível adoecimento dos professores.

O encontro demonstrou a heterogeneidade dos cursos. No curso de Pintura, da EBA, por exemplo, não houve problemas com excesso de inscrições em disciplinas, nem alunos reclamando de vagas. "Não tivemos dificuldade de fazer as inscrições dos concluintes de forma manual. E menos de 50% do nosso corpo discente buscou as vagas do PLE", contou a vice-coordenadora Martha Werneck. Ela tomou conhecimento da proposta da reitoria durante a reunião. "A reitora não pode liberar os professores de fazer 2020.1, porque vamos ficar sem muitos docentes, o curso vai implodir".

"Se é opcional para os professores, não é possível atender a todos os alunos, por princípio", observou a professora Ethel Menezes Rocha, diretora adjunta da graduação em Filosofia. "As coordenações não têm como obrigar os professores a oferecerem disciplinas no PLE. Ela acredita que a universidade deveria encurtar o período excepcional. "Ele foi totalmente desfigurado e já está claro que não deu certo. Eu tenho uma proposta de encurtar o PLE e começar 2020.1 em novembro, para todos".

Já no bacharelado de Física, a coordenadora Erica Polycarpo garantiu que foram abertas vagas para todos os alunos, de todos os períodos. Para ela, a excepcionalidade do PLE não está no fato de ter de ser destinado para alunos concluintes, mas no seu formato, com ensino exclusivamente remoto. "Embora com foco nos concluintes, conseguimos oferecer vagas para todos os estudantes", informou a docente.

A presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, sugeriu a realização de um encontro, ainda sem data, para avaliar o PLE. "Compreendemos que além da necessidade de definições mais claras, é preciso que a universidade tenha um horizonte para 2020.1 e 2020.2 melhor estabelecido, a partir de todas as posições apresentadas", resumiu.

UNIVERSIDADES SE PREPARAM PARA O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

FELIPE ROSA
Diretor da AdUFRJ

A pandemia do novo coronavírus tomou o planeta inteiro de assalto, mas poucas atividades foram tão afetadas como o ensino, em todos os níveis. A consagrada dinâmica da educação baseada na interação próxima entre professores e estudantes ficou gravemente comprometida pelo distanciamento social imposto pela doença, e entramos num difícil processo de choque, avaliação e adaptação. Baseadas nas suas peculiaridades geográficas, financeiras e políticas, as universidades públicas brasileiras reagiram com galhardia ao desafio de não deixar nossos alunos e alunas à deriva sem oferecer-lhes soluções imediatistas e falaciosas. O quadro abaixo resume de forma simbólica o produto desse esforço, com uma pequena amostra do calendário do Ensino Remoto Emergencial em diversas universidades Brasil afora.

Algumas universidades conseguiram fazer uma transição ágil ao ensino remoto, notadamente as estaduais paulistas. Assim sendo, já estão a caminho de 2020.2, mantendo-se essencialmente preparadas para iniciar 2021 sem atrasos. Houve inicialmente algumas críticas de que o processo teria sido "atropelado" nessas universidades, mas os relatos informais de colegas dessas casas indicam que a experiência não foi ruim. A maioria das universidades, entretanto, escolheu interromper as atividades didáticas para ganhar fôlego. Isso não se trata de nenhum julgamento sumário, pelo contrário: a interrupção justificou-se plenamente pela precariedade do acesso à internet de muitos discentes (e, não raro, a degradação da própria estrutura de redes das instituições). As soluções propostas e encontradas foram diversas, como a distribuição de chips para celular (UFRJ e UFC) e bolsas de auxílio permanência (UFRRJ e UnB). Vemos ainda que, enquanto algumas universidades retomaram/retomarão o semestre 2020.1 de forma remota, outras decidiram criar períodos com regras particulares: duração menor, opcional para docentes e discentes, extenso prazo de trancamento etc. Esses períodos ditos excepcionais resolvem alguns problemas mais urgentes, mas vale lembrar que as instituições que escolheram esse caminho terão de lidar com a questão delicada acerca do destino de 2020.1: mesclá-lo ao período excepcional ou fazê-lo sequencialmente ao mesmo? Ambas as hipóteses carregam seus problemas – acumulação de alunos em certas turmas na primeira (sobretudo calouros), um enorme atraso na segunda – mas será impossível se esquivar de uma decisão difícil.

Dito tudo isso, o fato estabelecido é que grande parte do sistema público de ensino superior volta às suas atividades didáticas nessas próximas semanas. Não será um mar de rosas, mas é uma ação fundamemtal para manter a Universidade pública brasileira viva. Teremos muito tempo para voltar às nossas atividades presenciais após a pandemia; agora é a hora do trabalho necessário.

NOTA DOS COORDENADORES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Rio de Janeiro,
10 de agosto de 2020

Ao Conselho de
Ensino de Graduação,

Vimos por meio desta apresentar uma avaliação da implementação do PLE até o momento. Sabemos que o país e a Universidade enfrentam múltiplas dificuldades. A associação entre a pandemia do COVID-19 e a restrição financeira que se abate na Universidade é um grande desafio. O CEG teve que tomar decisões difíceis em um contexto complexo, levando em consideração várias limitações.

Foi a partir destas decisões, com destaque para as Resoluções 03 e 04 de 2020, que os Institutos e coordenações de graduação elaboraram suas estratégias para o PLE. Cumprimos fielmente o que foi definido, nos submetendo, como não poderia deixar de ser, democraticamente, à institucionalidade do Conselho no qual todo o corpo social está representado. No entanto, elencamos a seguir uma série de graves problemas de implementação do PLE, de modo a contribuir para suas soluções no presente e no futuro. Como primeiro ponto, apontamos as dificuldades criadas pelo fato de o PLE ser opcional para docentes. Sabemos que é importante respeitar suas dificuldades pessoais, técnicas, de infraestrutura, pedagógicas etc. para ofertar disciplinas remotas. Entretanto, essa resolução criou um contexto delicado para coordenadores, diretores de graduação e de Unidades. O planejamento foi extremamente dificultado, já que parte do corpo docente teve sua carga de trabalho duplicada e outra não. Ou seja, para além do esforço de adaptação pedagógica e tecnológica, o PLE é um semestre extra, um adicional de trabalho para os docentes voluntários, que não poderão ser dispensados de suas horas didáticas nos demais semestres de 2020. Como segundo ponto, salientamos que todo esse esforço dos docentes voluntários não recebeu a infraestrutura de trabalho adequada por parte da universidade. Até o momento, não há uma plataforma oficial segura para o Ensino Remoto, seja para ministrarmos as aulas síncronas, seja para garantir seu armazenamento assíncrono.

A implantação do PLE revelou uma distribuição desigual entre as Unidades, pois algumas têm acesso institucional ao GSuite, outras ao Ava/Moodle, mas muitas solicitam o cadastro e recebem o aviso de que "não há como acomodar todos". Como terceiro ponto, destacamos o posicionamento ambíguo sobre a quais estudantes se destinavam as vagas do PLE. Mesmo nas unidades que tiveram como estratégia ofertar o máximo de disciplinas, e mesmo onde houve grande adesão dos professores, o número de vagas não foi suficiente. Muitas vezes os alunos periodizados e com maiores CRs conseguiram vagas, e outros que estão atrasados ou têm maior dificuldade não foram contemplados. A alta demanda dos estudantes por vagas destoa do que consta das Resoluções, que definem o PLE como prioritário para concluintes. A crescente pressão por vagas ficou inteiramente sobre as direções e coordenações de graduação, que tinham como dever respeitar o que foi decidido nas plenárias de seus departamentos, conforme determinaram as Resoluções do CEG, referendadas pelo Consuni. (Cabe aqui um agradecimento público às secretarias de graduação. Sem elas, o PLE não teria sido possível. Técnicos administrativos e educacionais desempenharam um papel essencial, trabalhando de suas residências, no limite de suas capacidades, sem qualquer apoio tecnológico e de infraestrutura por parte da Universidade.) Como quarto e quinto pontos temos a longa duração do PLE (previsto para terminar em meados de dezembro) e as exigências de vínculo ao PLE para alunos contemplados nos editais de auxílio digital (sem que as coordenações tenham condições para garantir vagas para esses estudantes). Em resumo, coordenadores e diretores de graduação estão sem meios para corrigir as profundas desigualdades geradas pelas diferentes regras e demandas do PLE, sofrendo diariamente pressões e, por vezes, hostilidade por parte de alunos e docentes. Em vista de tudo isso, cabe ao CEG reduzir tamanhas incertezas, agindo de forma clara e inequívoca. Por isso, propomos considerarem na reunião de hoje as definições do PLE, reforçando ou modificando os parâmetros das Resoluções 03 e 04, de modo oficial. Não podemos aceitar uma postura dúbia e hesitante, que a cada semana traz "apelos" que matizam ou até mesmo contrariam o que foi decidido de forma democrática e representativa nos Conselhos superiores. Visando futuras decisões, solicitamos a urgente definição sobre os períodos de 2020-1 e 2020- 2, de modo a reduzir os danos e desigualdades internas criadas pelo PLE, permitindo um planejamento a médio prazo de semestres remotos mais benéfica e isonômica para todos. Agradecemos a atenção, na certeza que o CEG saberá ser coerente com suas próprias normas, alterá-las quando julgar necessário, atuando para diminuir as incertezas e promovendo maior estabilidade nas instâncias universitárias em tempos tão difíceis. Estamos certos de que não lhes faltarão coragem e consistência em seus posicionamentos.

Atenciosamente,

1 - Diretor Adjunto de Graduação do Instituto de Economia – Alexandre Freitas

2 - Diretora Adjunta de Graduação em Ciências Sociais e Coordenadora do Bacharelado em Ciências Sociais do IFCS - Karina Kuschnir

3 - Coordenadora da Licenciatura em Ciências Sociais do IFCS – Julia Galli O'Donnell

4 - Diretor Adjunto de Graduação e Extensão Instituto de História - Antonio Carlos Jucá de Sampaio

5 - Coordenador da Licenciatura em História do IH - Felipe Charbel

6 - Diretora Adjunta de Graduação em Filosofia e Coordenadora de Licenciatura em Filosofia do IFCS - Ethel Menezes Rocha

7 - Coordenador do Bacharelado em Filosofia do IFCS - Mário Carvalho

8 - Coordenadora dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Letras: Português-Japonês - Rika Hagino

9 - Coordenador dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Letras: Português-Latim - Renan Moreira Junqueira

10 - Coordenadora dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Letras: Português-Hebraico - Karla Louise de Almeida Petel

11 - Coordenador dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Letras: Português-Literaturas - Marcelo Alexandre Silva Lopes de Melo

12 - Coordenadora dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Letras: Português-Francês - Tânia Reis Cunha

13 - Coordenadora dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Letras: Português-Espanhol - Leticia Rebollo Couto

14 - Coordenadora dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Letras: Português-Italiano - Maria Lizete dos Santos.

15 - Coordenadora dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Letras: Libras - Clarissa Luna Borges Fonseca Guerretta

16 - Coordenador dos Cursos de Bacharelado em Português-Grego e Licenciatura em Português - Pedro da Silva Barbosa

17 - Diretor Adjunto de Ensino de Graduação da Faculdade de Letras - Humberto Soares da Silva

18 - Coordenadora dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Letras: Português-Árabe - Suely Ferreira Lima

19 - Coordenador dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Letras: Português-Inglês e Letras: Português-Alemão - Rogério Tilio

20 - Coordenadora dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Letras: Português-Russo - Elitza Lubenova Bachvarova

#OrgulhoDeSerUFRJ

Educação e Ciência sob o risco de colapso

> Proposta reduz para o ano que vem o já insuficiente orçamento do sistema de ensino e pesquisa do país. Impacto na assistência estudantil seria desastroso

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

Catástrofe à vista. O governo Bolsonaro prepara um orçamento de 2021 ainda mais rebaixado para as universidades e o sistema de Ciência e Tecnologia. A proposta, que deve ser enviada ao Congresso até o fim do mês, revoltou a comunidade acadêmica. O Consuni da UFRJ, a associação de reitores, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a AdUFRJ criticam duramente a iniciativa.

Nas universidades e institutos federais, o corte é linear, de 18,2%, conforme antecipou a última edição do **Jornal da AdUFRJ**. Uma perda de R$ 1,4 bilhão no orçamento de custeio e investimento. Na Capes, as verbas cairiam de R$ 3 bilhões para R$ 2,44 bilhões. No Ministério da Ciência e Tecnologia, os recursos ficariam em R$ 3,2 bilhões contra os R$ 3,7 bilhões deste ano.

"No caso da UFRJ, o corte anunciado na PLOA 2021 muda o paradigma da crise orçamentária: da gestão do déficit passaremos à inevitável suspensão de serviços e cancelamento de contratos", diz um trecho da moção de repúdio à proposta governamental (leia a íntegra abaixo) aprovada no Conselho Universitário da UFRJ, na sessão do dia 13. A universidade perderia R$ 70,3 milhões, o que equivale a mais de dois meses de funcionamento.

O pró-reitor de Planejamento e Finanças, professor Eduardo Raupp, apresentou o texto da moção ao Consuni. "A assistência estudantil não é poupada. E nós sabemos que a pandemia aumentou muito a vulnerabilidade socioeconômica dos nossos alunos", disse. O dirigente destacou o papel da universidade no combate ao novo coronavírus, tanto nos hospitais como na pesquisa. "E a resposta que temos do governo é corte orçamentário para o ano que vem. Isso coloca em xeque o próprio sistema público federal de ensino superior no momento que a sociedade brasileira mais precisa dele", criticou.

Cortes que estão sendo desenhados pelo governo para o Orçamento de 2021 em educação e CT&I:

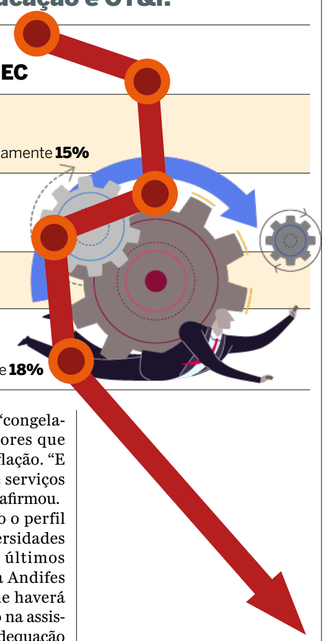
1. Universidades e Institutos Federais:
Corte de 18,2% em todas as áreas do MEC

2. MCTI
O valor total do Ministério previsto é de **R$ 3,19 bi.**
O Orçamento de 2020 foi de R**$ 3,7 bi.** Corte de aproximadamente **15%**

3. CNPq
Orçamento reduzido para **R$ 940 milhões**,
o que seria um corte de **15%**, pelo menos

4. Unidades de pesquisa do MCTI
Corte previsto de **16%**

5. Capes
Orçamento previsto para 2021 seria de R**$ 2.44 bi**,
sendo que o de 2020 foi de **3 bi**. Corte de aproximadamente **18%**



ORÇAMENTO CONGELADO

"É absolutamente impossível um corte dessa magnitude ser absorvido pelas universidades", disse o presidente da associação de reitores (Andifes), professor Edward Brasil. O dirigente ressaltou que o orçamento nominal das instituições está "congelado" há três anos. Valores que são corroídos pela inflação. "E todos os contratos de serviços têm reajustes anuais", afirmou.

Após destacar como o perfil do alunado das universidades federais mudou nos últimos anos, o presidente da Andifes também observou que haverá um tremendo impacto na assistência estudantil. "A adequação pode ser de diferentes formas. Ou no total de atendimentos ou no período", lamentou.

O professor disse que a situação representa uma novidade em relação a anos anteriores, pelo fato de representar uma significativa redução já na saída da discussão do orçamento. E atacou a visão meramente fiscal do governo, que não poupa a educação superior pública. "A saída da crise econômica passa necessariamente pela ciência, tecnologia e formação de profissionais e tudo aquilo que é o fazer das universidades".

O dirigente acrescentou que uma eventual demissão de milhares de trabalhadores terceirizados das instituições em função dos cortes também afetaria o país. "Há um impacto direto no dia a dia nas nossas cidades e na nossa economia", disse.

Sobre uma nota do MEC, que disse ter liberado R$ 450 milhões adicionais este ano, o que atenuaria o problema do corte, o presidente da Andifes foi enfático. "Não resolve, pois esse recurso já foi todo executado, foi todo consumido nas ações de enfrentamento da Covid", observou.

RISCO DE DESMONTE

Presidente da SBPC, o professor Ildeu Moreira de Castro ressaltou que as informações ainda não estão 100% garantidas, mas "o que está se desenhando é um corte acentuado". Se o orçamento do CNPq for confirmado em R$ 940 milhões, o professor não tem dúvidas sobre o drama no fomento da pesquisa. "Certamente haverá corte de bolsas".

A queda na verba do Ministério da Ciência e Tecnologia é "substantiva". "Acumulada com anos anteriores, faz com que o orçamento da C&T vá para valores de quase 20 anos atrás. É trágico. A situação já está ruim agora. Vai ficar muito pior. O risco de haver um desmonte e uma debandada de jovens da Ciência é real", alertou.

O presidente da SBPC lembrou que, em 2021, o governo ainda pode contingenciar os recursos já reduzidos, sob o argumento de queda da arrecadação. "E aí corta mais".

Ildeu denuncia que a visão estreita de ajuste fiscal do governo penaliza profundamente a educação, a ciência e a saúde. "E boa parte do orçamento brasileiro, quase 40%, vai para o pagamento de juros e amortizações de dívida. O dinheiro dos grandes está garantido. Nem se fala nele".

O professor mantém alguma esperança de melhoria dos valores orçamentários na briga interna entre os órgãos do governo. Mas já avisou que a SBPC estará no Congresso negociando valores melhores para a Educação e a Ciência.

"Estamos diante de um inimigo feroz", alertou a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, ao Consuni. "O corte orçamentário que o governo pretende realizar não só nas universidades, mas em toda a rede de apoio à Ciência e Tecnologia, nos coloca não só desafios. Está em jogo a nossa própria sobrevivência", afirmou.

CONSUNI APROVA MOÇÃO CONTRA CORTES NO ORÇAMENTO

O Ministério da Educação informou os limites para o Projeto de Lei Orçamentária de 2021 (Ploa 2021) com uma redução linear de 18,2% no orçamento discricionário das Instituições Federais de Ensino Superior. Este corte é desastroso e representa uma ameaça ao sistema universitário federal. Serão atingidas verbas de custeio e de capital, reduzindo 4,2 bilhões no orçamento do Ministério da Educação em 2021, dos quais 1,43 bilhão nas Ifes. Serão atingidos programas de ensino, pesquisa e extensão, serviços de manutenção, limpeza e segurança, toda infraestrutura tecnológica, o complexo hospitalar, os museus, as bibliotecas e demais atividades. No contexto duríssimo a que estamos submetidos com a pandemia do Covid-19, aprofundando a vulnerabilidade socioeconômica dos nossos estudantes, o corte não poupa o Pnaes e atinge em cheio a assistência estudantil. Trata-se da ameaça mais grave ao financiamento do sistema federal de ensino superior.

No caso da UFRJ, o corte anunciado na Ploa 2021 muda o paradigma da crise orçamentária: da gestão do déficit passaremos à inevitável suspensão de serviços e cancelamento de contratos. Esses 18,2% reduzem o orçamento da fonte do Tesouro em R$ 58.174.385,00, associados à redução na estimativa de receitas próprias, resultam em uma redução total do orçamento discricionário de R$ 70.338.201,00 em 2021. De um total de 374 milhões disponíveis em 2020, teríamos 303 milhões em 2021 em valores aproximados. Isto equivale a mais de dois meses de funcionamento da UFRJ. E um orçamento inferior ao de 10 anos atrás! Na prática, precisaremos interromper serviços, bolsas de extensão, de iniciação científica, de monitorias e bolsas de assistência estudantil. Teremos que cortar atividades de limpeza, de segurança e provavelmente seremos obrigados a manter áreas inteiras fechadas. Sem falar nos danos com a redução da assistência estudantil que se soma à alta taxa de desemprego que assola o país. Isso tudo no contexto em que a universidade está toda mobilizada para combater o Coronavírus, em diversas frentes, e justamente quando ela investe para não deixar ninguém para trás e assegurar a acolhida tecnológica, pedagógica e sanitária do seu corpo social e de toda comunidade que ela serve. Tudo isso requer mais recursos orçamentários, uma política pública consistente, bem planejada e executada, com forte mobilização social e não o contrário!

Neste sentido, o Conselho Universitário da UFRJ apresenta moção de repúdio a esta medida, insta o Ministério da Educação e o Ministério da Economia a revê-la ainda antes do envio da Ploa 2021 ao Congresso Nacional e conclama todas as entidades representativas do setor educacional, os parlamentares, o corpo social da UFRJ e todos aqueles que admiram e valorizam nossa centenária Universidade a se engajarem nesta mobilização contra o corte do orçamento das Ifes, pela defesa dos sistema federal de ensino superior, pela educação de qualidade, pública e gratuita!

#OrgulhoDeSerUFRJ

Coppe desenvolve tecido antiviral para máscaras

> Material biodegradável e de baixo custo surge de parceria com o Inmetro e a PUC-Rio e poderá ser aplicado também em filtros de ar-condicionado. Produto deve estar no mercado até o final do ano

KIM QUEIROZ
comunica@adufrj.org.br

FOTOS: DIVULGAÇÃO COPPE/UFRJ

COMPARAÇÃO entre uma folha de papel com o recobrimento hidrofóbico e outra sem

PROFESSORA Renata Simão opera a máquina que trata o papel no Laboratório de Engenharia de Superfícies da Coppe

Acessível, eficiente contra o coronavírus e com respeito ao meio ambiente. Pesquisadores da Coppe desenvolvem um tecido antiviral para máscaras, em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

"A iniciativa surgiu a partir de uma rede criada em um edital da Faperj, a Rede Fluminense para a Pesquisa e Desenvolvimento de Nanomateriais e Nanobiosistemas", explica a professora Renata Simão, coordenadora do Laboratório de Engenharia de Superfícies da Coppe/UFRJ, onde o tecido está sendo produzido. "Com o surgimento da pandemia, nossa ideia foi juntar as diferentes competências que existem dentro dessa Rede".

O projeto, denominado "Tecidos Hidrofóbicos e Ativos para Substituição do TNT Hospitalar", e a rede de pesquisa são coordenados por Carlos Achete, professor Titular da Coppe cedido ao Inmetro. "Eu sempre defendi que a universidade não pode viver somente de pesquisa aplicada. A universidade precisa criar ciência através da pesquisa básica", pontuou Carlos. "Hoje, a questão é juntar o que nós temos de conhecimento, colocar isso no tecido, e verificar a eficácia".

Carlos, especialista em Metrologia de Materiais do Inmetro, ressaltou a união de esforços. "No Inmetro, nós produzimos óxido de zinco em nanopartículas, que possuem esse efeito antivirológico", disse. O Departamento de Química da PUC-Rio aplica as nanopartículas de carbono, o que tornará as máscaras altamente hidrofóbicas. Ou seja, capazes de evitar a penetração de micropartículas de água contaminadas com o vírus.

A junção desses elementos torna possível uma máscara mais segura, sem grande redução da respirabilidade. "Se juntarmos a técnica de recobrimento de tecidos com as propriedades antimicrobianas das nanopartículas, podemos ter uma barreira física que evite a penetração do vírus, e uma segunda camada protetiva para que ele seja desativado o mais rápido possível", afirmou Renata.

O material desenvolvido não se limita à produção das máscaras. "Estudamos usar esses recobrimentos também em outros filtros, como o de ar-condicionado", acrescentou a pesquisadora. O aparelho tem sido apontado como um condutor do vírus. "Mesmo em filtros de carro, ou em filtros de outros tipos de máscara, isso pode ser um produto diferenciado no mercado".

O laboratório da Coppe conta com Audrey Costa, estudante de Nanotecnologia com ênfase em materiais, que passou a integrar o projeto como iniciação científica. "A máquina que eu opero é para a produção de amostras. Eu produzo os recobrimentos, e depois a gente leva para as análises", disse.

Audrey explica parte da ciência por trás do tecido. "Depositamos átomos ionizados de um determinado material sobre o tecido, fazendo assim o recobrimento", esclareceu o estudante. O objetivo é testar a capacidade hidrofóbica do material. Contudo, diferentes materiais podem ser usados em diferentes tecidos para gerar essa camada impermeável. "Pode haver tanto uma variação do tecido quanto do material que a gente usa"

Preocupados com o descarte excessivo de produtos plásticos devido à pandemia, os pesquisadores evitam o uso de polímeros sintéticos. "Nossa meta são o algodão e o papel. Assim, tanto a máscara de muito uso quanto a descartável serão biodegradáveis, sem agredir tanto a natureza", destacou Renata.

SEM PATENTE

Além da forte pegada ambiental, os cientistas reforçam a necessidade de oferecer um produto de qualidade, com eficácia comprovada cientificamente, mas que seja aberto e acessível. "Não vamos requisitar patente", afirmou Carlos. "Confiamos que o material vai estar no preço do mercado de uma máscara de algodão comum, talvez apenas 20 ou 30% mais cara, mas nada exorbitante", declarou Renata

Os trabalhos começaram em julho, mas a pesquisadora estima que até o fim do ano já haverá uma produção contínua das máscaras. "Estamos querendo certificar a máscara em dois a três meses. Com ela certificada, faremos uma produção inicial, para doação, e então conseguiremos uma empresa que encampe a ideia", finalizou.

CAMPUS DUQUE DE CAXIAS COMEMORA 12 ANOS

O campus Duque de Caxias Professor Geraldo Cidade acaba de comemorar 12 anos de fundação com mais autonomia. "Há dez anos, a gente vinha lutando pra ser unidade gestora, pois ainda tínhamos o nosso orçamento executado via Instituto de Biofísica. Agora, tivemos o nosso CNPJ criado e autorizado pelo Ministério da Economia, exatamente no dia 6 de agosto", disse a professora Juliany Rodrigues, diretora geral do campus. A notícia se tornou o presente de aniversário da comunidade, por coincidir com a data de inauguração das novas instalações, em 6 de agosto, no bairro de Santa Cruz da Serra.

O papel social desempenhado na Baixada Fluminense pela universidade tem sido uma das grandes marcas do local nesses 12 anos, de acordo com a diretora. "Quase 90% dos nossos estudantes são os primeiros membros das suas famílias a cursar o ensino superior, e 80% deles vêm de escola pública", ressaltou.

Outra característica é a intensa participação. Juliany destacou a criação do canal no youtube do campus durante a pandemia. "O 'Caxias é Live' tem sido quase que uma festa e um encontro semanal da comunidade", lembrou. A adesão ao ensino remoto por parte dos cursos também foi comemorada pela professora. "A gente vai ter 100% dos professores oferecendo disciplinas no PLE, e com muitas das turmas lotadas", completou.

Juliany acredita que a região tem a necessidade e o potencial de abrigar um complexo científico. A docente aponta a proximidade com muitas empresas instaladas na Baixada como um elemento favorável à criação dessa iniciativa. "Hoje eu olho para a UFRJ no campus de Duque de Caxias e não vejo muito a minha geração, mas vejo os próximos que virão. E eu quero que eles se orgulhem de dizer que a UFRJ atua na Baixada Fluminense", finalizou.

HISTÓRIA

Criado em 2008 como "Polo Xerém", a partir de uma articulação entre UFRJ, Inmetro, governo do estado do Rio de Janeiro e a prefeitura de Duque de Caxias, o campus recebeu em 2015 o seu nome atual, após o falecimento do seu primeiro coordenador geral, o professor Geraldo Cidade. As novas instalações do campus, em Santa Cruz da Serra, foram cedidas pela prefeitura e inauguradas em 2018.

Parte do importante processo de interiorização da universidade, o local abriga três cursos de graduação, quatro de pós, e um corpo social de 850 pessoas, entre estudantes, docentes, técnicos e terceirizados.
(Kim Queiroz)

Arte, som e história: 172 anos da Escola de Música

> Aniversário foi comemorado com concertos, debates virtuais e homenagens a grandes mestres e compositores brasileiros

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrj.org.br

Tradição e inovação marcaram a semana de comemoração dos 172 anos da Escola de Música, entre 10 e 15 de agosto. O aniversário contou com debates e concertos virtuais em homenagem a grandes nomes da instituição, a mais antiga do gênero no país. Três expoentes da música brasileira foram homenageados: o pianista Henrique Oswald (1852-1931) e os compositores Alberto Nepomuceno (1864-1920) e Ernani Aguiar.

"Foi uma forma de mostrar e resgatar a produção desses mestres que tiveram atuação, inclusive, como gestores da Escola de Música, antes de ela fazer parte da UFRJ", contou o diretor Ronal Silveira sobre a escolha de Oswald e Nepomuceno. O regente titular da Orquestra e professor da UFRJ, Ernani Aguiar, completou a lista por fazer 70 anos em 2020. "Achamos que era uma boa oportunidade de homenageá-lo, também como compositor e colega da casa", explicou.

Apesar da longevidade, a Escola não é uma instituição velha ou ultrapassada, afirmou o diretor. "Esse momento de pandemia mostra que a Escola se renova, se adapta e procura apontar novas direções, especialmente travando diálogos com outras universidades e ouvindo também as instâncias da UFRJ", observou Ronal.

Uma dessas trocas de ideias ocorreu logo na primeira noite da semana, quando diretores de outras escolas de música federais foram convidados a falar sobre a situação dos cursos na pandemia e no período posterior. "Para além de todas as contingências que a pandemia nos trouxe, uma das mais cruciais foi evidenciar de forma muito cristalina os problemas que já temos no dia a dia", destacou o diretor da Escola de Música da UFBA, João Mauricio Brandão. "É uma realidade de muitas escolas de música nas universidades federais se abrigar em prédios com muitas limitações e dificuldades", lamentou. "Se as instalações já são problemáticas em condições normais, nessa condição de pandemia e isolamento o problema aumenta exponencialmente", afirmou.

ADESÃO INTEGRAL AO PLE

Com todas as dificuldades, a Escola de Música da UFRJ já se preparava para o ensino remoto há meses, contou o diretor. "Antes de começar o PLE, já estávamos atuando bastante de forma remota", disse. "Quando a gente entrou na situação de pandemia, procuramos imediatamente manter o contato com os alunos em atividades extracurriculares", completou Ronal, que montou uma comissão para oferecer suporte técnico aos professores que quisessem fazer o atendimento online de forma mais organizada."Isso facilitou muito para o semestre que começa agora, em que a adesão dos professores foi de 100%", afirmou.

PINTOR REPASSA METADE DO QUE VENDE PARA A UFRJ

Arte a serviço da vida. No final de março, o pintor Wladimyr Jung decidiu doar à universidade metade do dinheiro arrecadado com a venda de uma recém-criada coleção de quadros. Desde então, Jung negociou quase 70 telas e repassou mais de R$ 5 mil ao fundo de apoio aos hospitais da instituição.

"Os problemas sociais interferem na produção de qualquer artista, e não poderia ser diferente", diz. Quando a política de isolamento social começou no Brasil, Jung se mudou para o seu ateliê, na Tijuca.

Ali, sentiu a necessidade de transferir para as telas a solidão que vivia. Assim nasceu a série "Flor de quarentena". "Minhas pinturas são, no geral, abstratas. Minha inspiração em colocar uma flor surgiu dessa solidão que estava sentindo no começo", explica. Jung também notou que outro elemento aparentemente simples ganhava significado especial nas obras.

"Quando assino atrás, é a data a informação mais importante. Quem tiver o quadro vai poder olhar para a data e pensar: 'eu passei por isso'. O trabalho representa esse momento de pandemia", define.

CORRENTE DO BEM

Após vender 13 pinturas na primeira semana, o artista resolveu doar parte do valor para alguma instituição. Neste momento, pesou a favor da UFRJ uma corrente do bem promovida por uma amiga de longa data e professora da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Rita Afonso. A docente costuma chamar a atenção dos contatos do celular para a DoeUFRJ, uma campanha que arrecada fundos para os hospitais e pesquisas da universidade. Logo depois do contato, Jung doou R$ 1.450,00 referentes aos 13 primeiros trabalhos vendidos.

DIVULGAÇÃO

"Pelo WhatsApp, divulgo a campanha para fazer pontes para doação, colaboração de artistas... Numa dessas, o Wladimyr recebeu", contou a professora. Jung ligou para Rita, interessado em saber como funcionavam as doações. "Toda sexta-feira, ele deposita uma quantia diferente", informa Rita, que comprou duas pinturas.

O ritmo das vendas caiu no último mês. "Parece que a pandemia acabou. As pessoas não estão se sensibilizando mais como no começo", lamenta Jung

Ainda é possível adquirir uma "Flor de Quarentena" e impulsionar essa corrente do bem. Os preços variam pelo tamanho das obras, iniciando em R$ 250,00, acrescidos do eventual frete. Há mais de 150 pinturas disponíveis no Facebook do artista.

(Liz Mota Almeida)

AdUFRJ
JORNAL DA **AdUFRJ** / **REDAÇÃO** - **COORDENAÇÃO:** ANA BEATRIZ MAGNO **CHEFIA DE REPORTAGEM:** KELVIN MELO **EDIÇÃO:** KELVIN MELO E SILVANA SÁ
REPORTAGEM: ELISA MONTEIRO, KELVIN MELO, LUCAS ABREU E SILVANA SÁ **ESTÁGIARIOS:** KIM QUEIROZ E LIZ MOTA ALMEIDA **DESIGN:** ANDRÉ HIPPERTT **TI:** MARCELO BRASIL